

## RESENHA

LEMA-HINCAPIÉ, Andrés. *Kant y la Biblia: principios kantianos de exégesis bíblica*. Antropos Editorial: México: Universidad Autónoma Metropolitana - Iztapalapa. División de Ciencias Sociales y Humanidades, 2006.

JORGE VANDERLEI COSTA DA CONCEIÇÃO  
Mestre em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.  
anedotismo@yahoo.com.br

### 1. Os princípios da exegese kantiana dos textos sagrados

Para Lema-Hincapié (Cf. 2006), na obra kantiana, mais especificamente no *Conflicto das Faculdades*, encontram-se seis princípios que norteiam a interpretação das passagens bíblicas. Esses princípios são divididos em três contextos, a saber, do *Aufklärung*, da *doutrina luteranae pietista* e do *criticismo*. Segundo o comentador, os princípios para a exegese Bíblica são: o *princípio da pertinência moral*, o *princípio da antihistorialidade*, o *princípio da antiliteralidade*, o *princípio da imanência*, o *princípio da autonomia moral* e o *princípio da simbolização*. Além desses princípios, também se pode identificar um sétimo princípio na obra de Kant, a saber, o *princípio do exame público do texto sagrado*.

Aceitar o sétimo princípio é contrariar a tese de Lema-Hincapié onde o luteranismo seria a base da religião racional defendida por Kant. O limite do seu trabalho é não considerar o exame público do texto sagrado como um princípio para a exegese do texto sagrado. Ao aceitarmos o princípio da exegese pública do texto sagrado, temos de aceitar a tese de que a religião racional é a dissolução da fé eclesial. Assim, nenhum sectário do cristianismo pode ser o modelo da religião racional defendida por Kant. O objetivo da presente resenha é descrever os limites e as contribuições do trabalho de Lema-Hincapié.

### 2. O Contexto do *Aufklärung*

No contexto do *Aufklärung*, o princípio para a exegese bíblica é o exame público do texto sagrado. A interpretação do texto sagrado não deve ficar restrita ao teólogo bíblico que

**Jorge Vanderlei Costa da Conceição**

fundamenta a sua interpretação com base na fé eclesial. Para fundamentar o exame público dos textos sagrados, Lema-Hincapié recorre ao texto *Resposta à pergunta: o que é ilustração?* Neste texto, Kant argumenta que o pastor está limitado a pregar para sua congregação de acordo com as doutrinas da igreja da qual faz parte, pois ele foi ordenado para exercer a função de representante eclesiástico. Por um lado, o pastor na figura de chefe religioso exerce o ofício de representante da igreja; no exercício desta função não é livre para ensinar doutrinas contrárias aos estatutos da sua seita. Por outro lado, enquanto intelectual no uso público da sua razão, o pastor pode fazer críticas aos princípios exegéticos da sua congregação na interpretação da Bíblia.

Neste ponto, a argumentação de Lema-Hincapié (Cf. 2006) apresenta o seguinte limite: no *SF*, Kant diferencia religião e fé eclesial:

A religião jamais se possa fundar em estatutos (por mais elevada que seja a sua origem), é o que se depreende do próprio conceito de religião. Esta não é a totalidade de certas doutrinas enquanto revelações divinas (pois tal chama-se teologia), mas de todos os nossos deveres em geral como mandamentos divinos (e, subjetivamente, da máxima de observá-los como tais) (*SF*, AA, 07, 287).

Para Kant, a definição de religião é o conhecimento dos deveres morais como mandamentos divinos. Os estatutos religiosos são fundamentados na fé eclesial e ela é a responsável pelo sectarismo do cristianismo. A fé eclesial é fundamentada na teologia, que é a totalidade das doutrinas de certas seitas, por exemplo, a teologia católica e a teologia luterana. Seguindo o raciocínio kantiano, não há diferentes religiões, mas diversos tipos de fé na revelação divina, que não se originam dos princípios morais da razão, mas dos diversos tipos de teologias. Para Kant, o cristianismo é a melhor forma de representar sensivelmente a vontade divina, pois ele propicia influência sobre os ânimos dos seres racionais finitos. A fé eclesial é balizada na fé histórica e na interpretação literal do texto sagrado, e isso implica na morte da razão. Isso significa que o erudito escriturista deve interpretar a Bíblia conforme a doutrina da sua seita e os princípios exegéticos são: o histórico, o literal, o gramático ou filológico e a teologia da seita.

O limite do trabalho de Lema-Hincapié é sustentar que, dentre as seitas do cristianismo, o luteranismo é a base para o fomento da religião racional e não caracterizar o exame público da sagrada escritura como um princípio da exegese kantiana. Kant classifica o catolicismo, o luteranismo ou qualquer outra ramificação do cristianismo como seita e define a religião como o conhecimento de todos os deveres morais como mandamentos divinos. Kant

---

**Jorge Vanderlei Costa da Conceição**


---

reconhece a existência de diversos modos de fé, mas reconhece apenas um tipo de religião: a racional. Logo, a religião racional é a dissolução da fé eclesial e o movimento do *sapere aude* procura tornar pública a interpretação do texto sagrado, objetivando eliminar o sectarismo e fundar a religião racional. O limite do trabalho de Lema-Hincapié é não considerar a necessidade da dissolução da fé eclesial para a fundação da religião racional, não considerando, assim, o exame público da sagrada Escritura como um princípio exegético para a leitura moral da Bíblia.

### 3. O contexto do luteranismo de vertente pietista

O segundo contexto é o luteranismo de vertente pietista que, segundo Lema-Hincapié, é de onde Kant retira o princípio da pertinência moral. A tese do comentador é que a educação rigorosa do pietismo refletiria na configuração da exegese bíblica. Para fundamentar a argumentação ele afirma:

Por esta razão, convém esclarecer a influência desse movimento religioso na elaboração kantiana do Princípio de Pertinência Moral. Porque é o pietismo, mais do que nenhum outro, o movimento da Reforma que está mais próximo da filosofia de Kant. Julgo que não se deve desconhecer a influência do pietismo na hermenêutica crítica de Kant, mas também não se deve esquecer que na obra *O Conflito das Faculdades* - num tom de desqualificação - ele fala dos pietistas como uma seita cujo “misticismo mata a razão” (*vernunfttödtender Mysticismus*). No entanto, deve notar-se que Kant foi marcado pelo pietismo desde seus primeiros anos, tanto pela religiosidade pietista de sua mãe como durante os seus estudos no *Colégio de Königsberg Fridericianum*<sup>1</sup>.

Lema-Hincapié defende a tese de que a formação tanto educacional quanto familiar de Kant o influenciou na determinação do princípio de pertinência moral para a interpretação do texto sagrado. Ele argumenta que Kant adota a perspectiva de Lutero de que a Bíblia deve ser interpretada pelo próprio texto e não por intermédio de alegorias como faziam os padres da

---

<sup>1</sup> Por esta razón conviene precisar la influencia de este movimiento religioso en la elaboración kantiana del principio de pertinencia moral. Porque es el pietismo, mas que ningún otro, el movimiento de la Reforma que está más que ningún otro, el movimiento de la Reforma que está más próxima a la filosofía de Kant. Juzgo que no debe desconocerse la influencia positiva del pietismo en la hermenéutica crítica de Kant aunque también no debe olvidarse que en *El conflicto de las facultades - en tono de descalificación* - él habla de los pietistas como un secta cuyo misticismo mata la razón (*vernunfttödtender Mysticismus*). De todos modos, hay que subrayar que Kant quedó marcado por el pietismo desde su más tierna infancia, tanto por la religiosidad pietista de su madre como durante sus estudios en el *Collegium Fridericianum de Königsberg*. pp.74-75.

**Jorge Vanderlei Costa da Conceição**

igreja católica. Em contrapartida, Kant critica o princípio da literalidade e da historicidade adotados por Lutero para justificar que a Bíblia cristã é autorreferencial, isto é, ela é suficiente para interpretar a si mesma. Em contrapartida, Kant critica o aspecto da autorreferencialidade do luteranismo e adota os princípios da anti-historicidade e da anti-literalidade para a exegese das passagens Bíblicas. Lema-Hincapié reconhece que o pietismo ou o misticismo são formas de matar a razão, pois é a suspensão da racionalidade para dar lugar às doutrinas das seitas que podem ser contrárias ao princípio moral da razão.

Para justificar a influência pietista na determinação do princípio de pertinência, Lema-Hincapié se apoia num argumento psicológico que pode ser reescrito na forma de um juízo hipotético: *se Kant estudou no Collegium Fridericianum de Königsberg e sua mãe era pietista, então é possível que estas influências se manifestem na filosofia da religião de Kant*. Discordo do comentador por dois motivos: primeiro, não se pode demonstrar a influência da formação pietista na moral kantiana sem recorrer a dados históricos da vida de Kant; segundo, ao definir a religião como o conhecimento dos deveres morais como mandamentos divinos, ele estaria restringindo a exegese bíblica à exegese moral.

Recorrer a dados históricos para explicar a formulação do princípio de pertinência moral possibilita afirmar, por exemplo, que o formalismo da moral kantiana é originário do rigorismo moral do pietismo. Assim, também poderíamos afirmar, fundamentados na anedota histórica, que as mulheres acertavam o horário dos seus relógios com as caminhadas de Kant, pois ele sempre caminhava às 17 horas, nem antes, nem depois. Logo, do mesmo modo que Kant era rigoroso com o horário das suas caminhadas, ele foi rigoroso na formulação dos princípios práticos da razão. Acredito que adotar acontecimentos históricos da vida do filósofo para explicar argumentos filosóficos pode conduzir a certos erros que abrem margens para as interpretações absurdas acima exemplificadas.

Por fim, prefiro deduzir o princípio de pertinência moral para a interpretação da Bíblia da própria definição de religião, a saber, dos conhecimentos dos deveres morais como mandamentos divinos. Noutras palavras, os princípios de pertinência moral, de antihistoricidade e de anti-literalidade são derivados analiticamente da própria definição de religião kantiana e não da influência pietista na vida kantiana.

**4. O contexto crítico**

Três princípios exegéticos são oriundos do contexto crítico: *o princípio da imanência*, *o princípio da simbolização* e *o princípio da autonomia*. O princípio da autonomia está

**Jorge Vanderlei Costa da Conceição**

intrinsecamente ligado ao exame público do texto sagrado e ao princípio de pertinência moral. Este dita que a sagrada Escritura deve ser interpretada pela razão norteada por princípios morais. Isso significa que o ser racional finito deve interpretar a Bíblia considerando o que Ela pode fomentar para o melhoramento moral do homem. O princípio da autonomia moral prescreve que o agente moral deve exclusivamente seguir a sua razão na determinação da sua vontade.

Os princípios da imanência e da simbolização estão associados aos limites do conhecimento sobrenatural e do conhecimento físico. Segundo Lema-Hincapié, Kant

[...] declara que a crença nas escrituras, isto é, a fé no sentido literal da Bíblia, não deve contradizer nem os princípios da razão prática, nem o conhecimento humano da natureza no que se refere aos fenômenos físicos. Por exemplo, embora a maioria dos exegetas bíblicos tenham interpretado os relatos bíblicos sobre possessões como relatos verdadeiramente históricos, e ainda quando seja impossível duvidar que os escritores sagrados não tenham acreditado plenamente neles, todavia, não há que se dar crédito a todas as superstições e tabus<sup>2</sup>.

Ele está argumentando que a interpretação literal da bíblia não pode contrariar os princípios práticos da razão e nem os princípios teóricos. Como exemplo, Lema-Hincapié utiliza os relatos de possessões demoníacas que os exegetas históricos adotam como verdades históricas sem perceber que muitos desses relatos ultrapassam ou contradizem os princípios da razão prática e as regras que determinam os fenômenos físicos. Por exemplo, os exegetas históricos querem transformar o conceito de possessão num conceito teórico. Dito de outro modo, uma força sobrenatural exercida por um demônio, que é a personificação do mau (*Böse*), invade o corpo humano e determina o agir do ser racional finito. O exegeta histórico não considera a diferença entre o que *se deve acreditar* e o que *se pode acreditar*, isto é, a distinção entre *conhecer* e *pensar*. O que podemos conhecer é determinado pelas regras teóricas da razão, em linha geral, é necessária a conexão de um conceito a uma intuição sensível. Dessa conexão podemos produzir um conceito teórico.

O movimento é um conceito teórico, ele pode ser esquematizado com a sensibilidade e o seu significado pode ser descrito do seguinte modo: o movimento é a variação de posição

<sup>2</sup> [...] Él declara que la creencia escrituraria, esto es, la fe en el sentido literal de la biblia, no debe contradecir ni los principios de la razón práctica, ni el conocimiento humano de la naturaleza referido a los fenómenos físicos. Por ejemplo, aunque la mayoría de los exégetas haya interpretado los relatos bíblicos sobre poseídos como relatos verdaderamente históricos, y aun cuando sea imposible dudar que los autores sagrados no hayan creído completamente en ellos, sin embargo, no hay que dar libre acceso a todas las supersticiones y supercherías p.171.

---

**Jorge Vanderlei Costa da Conceição**


---

de um corpo relativamente a um ponto chamado de referencial. A partir de uma referência, podemos determinar o trajeto de um ponto *x* para um ponto *y*. Todavia, não podemos cunhar uma definição teórica como a definição de movimento para o conceito de possessão. Ao tentarmos defini-lo teoricamente, construímos uma definição prática para o conceito, ou seja, a possessão demoníaca é o efeito do ato de um demônio de determinar a vontade de uma pessoa. Logo, a possessão demoníaca significa a heteronomia da vontade e não a manifestação de leis da natureza que exerce violentamente uma força sobre os nossos sentimentos e vontades. Por fim, tentar definir teoricamente o conceito de possessão considerando como uma verdade revelada historicamente fundamentada na leitura da Bíblia é contrariar os princípios teóricos e práticos da razão.

O princípio da imanência é a pedra de toque que possibilita interpretar os relatos bíblicos de graça e possessão sem ultrapassar o limite do conhecimento possível. Como ilustração, utilizar-se-á o conceito de graça. Referente à graça, Kant escreve:

A ação (**divina**) deve representar-se como promanando o uso particular que o homem faz das suas forças morais, e não como efeito da influência de uma causa agente, externa e superior, em relação à qual o homem se comportaria de um modo passivo; a interpretação das passagens da Escritura que parecem conter literalmente este último sentido deve, pois, orientar-se intencionalmente para a consonância com o primeiro princípio.

Se por natureza se entende o princípio, predominante no homem, do fomento da sua *felicidade*, mas sob a graça, a incompreensível disposição moral ínsita em nós, i. e., o princípio puro da moralidade, mas também muitas vezes se encontram em recíproca oposição. Se, porém, por natureza (no sentido prático) se entende o poder de realizar em geral certos fins pelas suas próprias forças, então a graça nada mais é determinada a ações pelo seu próprio princípio interior, mas supra-sensível (a representação do seu dever), princípio que, por pretendermos explicá-lo sem conhecermos, aliás, qualquer outro fundamento, é por nós representado como um incentivo ao bem em nós operado pela divindade, por conseguinte, como graça (SF AA 07 295-296). **Em negrito acréscimo nosso ao texto.**

Kant define a graça como o princípio puro da moralidade, que significa a capacidade interior do homem determinar os seus próprios fins. Kant reconhece que não podemos conhecer um efeito da graça, isto é, não podemos determinar como o sobrenatural age no natural. Não podemos conhecer causas sobrenaturais em efeitos físicos, já que esta crença mística contradiz o conhecimento que temos dos fenômenos físicos. Para definir o conceito de graça, ele restringe a sua investigação ao domínio prático da razão.

**Jorge Vanderlei Costa da Conceição**

Kant compreende por natureza humana, no sentido prático, a capacidade de o agente moral agir conforme fins, entre os quais a *felicidade* e a *moralidade*. A felicidade e a moralidade devem ser representadas como originalmente derivadas do uso da força moral do ser racional finito de postular fins para a sua vontade. Esses fins não devem ser representados como originalmente oriundos de um agente externo, isso implicaria na heteronomia da vontade. A graça não pode ser representada como a ação de Deus sobre a vontade do homem, pois Ele seria um agente externo que determina externamente a vontade do ser racional finito, assim contrariando o princípio da autonomia moral. Kant define a graça como o princípio interior e suprassensível do qual o homem tira força para determinar a sua vontade por respeito à lei moral. Ele reconhece que não podemos conhecer a origem dessa força moral, mas podemos explicá-la como um incentivo ao bem em nós operado pela divindade. A aplicação do princípio de imanência ao conceito de graça atribui para ela o estatuto de um incondicionado na série de condições. O conceito de graça é a condição de possibilidade para pensar a possível influência de Deus sobre o nosso sentimento moral como reforço, mas a influência não pode determinar a nossa vontade.

**5. O princípio da simbolização: a exegese e a hermenêutica**

Na *KU* (Cf. A251/B254), Kant define a simbolização como uma espécie de exibição das ideias da razão. Ele defende a tese de que o conhecimento depende de dois elementos, a saber, o conceitual e o intuitivo. Um conceito vazio é aquele que não tem validade objetiva. Em linhas gerais, para um conceito ter sentido é necessário remeter para algum elemento intuitivo. Na *KrV* (A664/B692), ele argumenta que os conceitos puros do entendimento são esquematizados com a sensibilidade por intermédio do esquematismo transcendental, mas deixa em aberto a questão de como poderíamos fazer o esquematismo ou a simbolização das ideias da razão. A possível solução para isso encontra-se nos *Prol* na § 58, nesta Kant assevera que o conhecimento por analogia é a comparação perfeita de duas coisas dessemelhantes. O ser racional finito deve relacionar a ideia da existência de Deus com a sua vontade e a ideia de mundo.

Tanto Lema-Hincapié (Cf. 2006) quanto Beckenkamp (Cf. 2002 e 2008) defendem a tese de que as passagens Bíblicas podem ser interpretadas como símbolos morais. Este defende que o símbolo é a representação de um objeto ou uma ideia segundo a analogia (p. 4). Aquele que o símbolo trata unicamente de uma maneira simbólica entre uma ideia e um

**Jorge Vanderlei Costa da Conceição**

objeto por intermédio de analogias (p. 26). Ambos defendem a tese de que os textos bíblicos podem ser relacionados com a vontade dos seres racionais finitos por intermédio da lei moral. As passagens bíblicas podem personificar a ideia de bem e a aquisição do mal pela natureza humana. A ideia do princípio do bom (*Gut*) é personificada pela ideia de Cristo. Cristo é “o exemplo de um homem agradável a Deus” (cf. RGV AA 06 71-72).

A diferença entre o trabalho de Beckenkamp e Lema-Hincapié pode ser ilustrada por dois pontos. No primeiro, Lema-Hincapié elenca seis princípios exegéticos para a interpretação dos textos bíblicos, ao passo que Beckenkamp assevera que a exegese dos textos kantianos deve atribuir um sentido moral às passagens bíblicas. A primeira diferença é apenas estrutural, isto é, diferente de Beckenkamp, Lema-Hincapié analisa a obra kantiana e extraí os princípios para a exegese. A segunda diferença é que Beckenkamp, ao contrário de Lema-Hincapié, analisa o procedimento de significação das ideias religiosas no domínio da filosofia prática. No segundo ponto, reside a finalidade dos trabalhos, visto que o objetivo destes é demonstrar quais são os princípios exegéticos para a interpretação das passagens Bíblicas, enquanto aquele procura evidenciar a possibilidade de atribuir um sentido para a interpretação das passagens bíblicas.

Ao alinharmos os trabalhos deles podemos diferenciar a exegese da hermenêutica; esta é a atribuição de um sentido ou significado moral para as passagens bíblicas e aquela é a determinação dos conjuntos de regras que utilizamos para ler o texto sagrado. Portanto, pode-se afirmar que a leitura do texto sagrado, de acordo com Kant, é composta de dois momentos. O primeiro é o exegético, no qual utilizamos os respectivos princípios *da pertinência moral, da anti-historicidade, da anti-literalidade, da autonomia moral, da simbolização, da imanência e do exame público dos textos sagrados*. O segundo momento é o hermenêutico, no qual fazemos analogias entre as passagens bíblicas e a vontade do ser racional finito por intermédio da lei moral, objetivando extrair um símbolo moral da leitura bíblica.

**6. Referencial bibliográfico**

KANT, Immanuel: *Gesammelte Schriften* Hrsg.: Bd. 1-22 Preussische Akademie der Wissenschaften, Bd. 23 Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, ab Bd. 24 Akademie der Wissenschaften zu Göttingen. Berlin 1900ff.

AA Akademie-Ausgabe

**Jorge Vanderlei Costa da Conceição**

---

<i>KU</i>	Kritik der Urteilskraft (AA 05)
<i>Prol</i>	Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik (AA 04)
<i>RGV</i>	Die Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft (AA 06)
<i>SF</i>	Der Streit der Fakultäten (AA 07)
<i>ÜGTP</i>	Über den Gebrauch teleologischer Principien in der Philosophie (AA 08)

LEMA-HINCAPIÉ, Andrés. *Kant y la Biblia: principios kantianos de exégesis bíblica*. Antropos Editorial: México: Universidad Autónoma Metropolitana - Iztapalapa. División de Ciencias Sociales y Humanidades, 2006.

BECKENKAMP, Joãozinho. *Simbolização na filosofia crítica kantiana*. Vol. 1, n.1, 2002.